

Apresentação

InSURgência na Assessoria Jurídica Popular

Esta nova edição de “InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais” vem a público com o objetivo de aprofundar os diálogos e as reflexões em torno da Assessoria Jurídica Popular (AJP), práxis militante a partir da qual muitas das concepções críticas sobre o Direito foram desenvolvidas, sobretudo no Brasil e na América Latina.

Organizado pela Profa. Dra. Ana Lia de Almeida (UFPB), pelo Prof. Dr. José Humberto de Góes Júnior (UFG) e pelas graduandas Anna Carolina Lucca Sandri (UFPR) e Valéria Fiori da Silva (UFPR), integrantes do Grupo Temático “Assessoria Jurídica Popular, Educação jurídica e educação popular”, do Instituto de Pesquisa Direitos e Movimentos Sociais (IPDMS), o dossiê apresentado na presente edição aborda diversos aspectos das experiências de AJP desenvolvidas em diferentes realidades sócio-históricas, junto a diferentes perfis de comunidades e de movimentos sociais, do campo e da cidade. Narra também experiências de AJP desenvolvidas em Universidades brasileiras, e pretende refletir a partir de aportes teóricos críticos sobre os limites e as possibilidades quanto à produção de conhecimento militante, à formação de outro perfil de profissional (seja ela/e advogada/o, docente, pesquisador/a etc.), a um aprofundamento de nossas metodologias no que se refere ao “fazimento” (como dizia Paulo Freire) da AJP, seja na educação popular, seja na advocacia popular ou no assessoramento jurídico-político à classe trabalhadora e aos movimentos populares.

Desse modo, o dossiê apresenta um primeiro bloco de artigos que reflete sobre a práxis da AJP junto a movimentos sociais que lutam por terra e território em contextos bastante distintos, seja na realidade da luta pela reforma agrária no Sul do Brasil (com o texto de Marcelo Andrade de Azambuja), seja nas lutas por demarcações de terras no contexto nordestino (com a contribuição de Priscylla Monteiro Joca).

Num segundo bloco, o dossiê apresenta reflexões e relatos em torno da AJP em Universidades Públicas de três regiões distintas do país (o Nordeste do NAJUP Direito nas Ruas – UFPE; o Sul do MAJUP Isabel da Silva – UFPR; e o Centro-Oeste da AJUP Roberto Lyra Filho – UnB) e também uma reflexão mais ampla e comparativa entre as diferentes experiências de AJP Universitária desenvolvidas no âmbito de projetos e programas de extensão universitária ligados à RENAJU (Rede Nacional de Assessoria Jurídica Universitária), que é em realidade uma síntese da tese de doutoramento recentemente defendida por Ana Lia de Almeida. O terceiro bloco de artigos, antecedido por uma reflexão crítica sobre a relação entre a AJP e o marxismo (discussão fundamental proposta por Thiago Arruda Queiroz Lima), trata das potencialidades dessa práxis insurgente na construção de uma educação jurídica contra-hegemônica (como bem analisa Evanderson Camilo Noronha), o que se reflete na formação de um novo perfil de docentes (destacado no artigo de Assis da Costa Oliveira) e também de pesquisadoras/es (como demonstra o relato de Luiz Otávio Ribas sobre novas experiências de pesquisa militante desenvolvidas no Rio de Janeiro). Por fim, o dossiê se encerra com o ensaio de José Humberto de Góes Júnior, que é um verdadeiro convite à reflexão sobre os caminhos para a superação da antidualogicidade em prol de uma construção realmente coletiva da AJP, não apenas “para” as/os oprimidas/os, mas, acima de tudo, “com” elas/es e “por” elas/es.

O enfoque na AJP não foi objeto apenas do dossiê apresentado na presente edição, mas permeia todas as demais seções deste 4º volume de “InSURgência”. Na abertura do presente volume, apresentamos na seção “Diálogos Insurgentes” a entrevista realizada pelas/os coordenadoras/es do dossiê com a advogada popular Sônia Costa, de larga experiência no apoio jurídico a movimentos sociais que lutam por terra e território, destacando as principais dificuldades pelas quais passa a advocacia popular, mas que demonstra também suas potencialidades para a construção de profissionais críticos e militantes. Também trazemos nessa mesma seção uma entrevista gentilmente cedida por Marcos José de Oliveira Lima Filho com o advogado popular Vanderley Caixe, que foi militante político no período da ditadura

civil-militar de 1964, impedido de concluir a graduação em Direito naquele período, porém com a redemocratização veio a tornar-se uma das grandes referências da advocacia popular no Nordeste brasileiro.

Na seção “Em defesa da pesquisa”, apresentamos o artigo de tema livre em que Renata Vieira Meda analisa os desafios na efetivação dos direitos fundamentais de povos tradicionais dentro de Unidades de Conservação, tema que também é recorrente na práxis de muitas/os assessoras/es jurídicos populares. Nesse mesmo espaço, trazemos a público a importante contribuição de China Mieville, que busca construir uma teoria materialista do direito internacional a partir dos aportes marxistas de Evgenii Pachukanis.

Na seção de “Temas geradores”, trazemos para o debate reflexões de Miguel Lanzellotti Baldez (do “direito insurgente” e da saudosa AJUP-RJ) sobre o significado da Advocacia Popular; a problematização do professor colombiano Andrés Tamayo Patiño sobre o conceito de “desenvolvimento” e as possibilidades de “insurgências epistemológicas”; e a reflexão de Richardson Adriano de Souza quanto à importância da cultura “Hip Hop” para a juventude periférica de Manaus/AM na década de 1980, público com o qual a AJP ainda dá seus primeiros passos para atuação mais efetiva.

Os documentos históricos reunidos na seção “Práxis de libertação” resgatam os primórdios da formação das duas principais redes que promovem hoje a AJP no Brasil: a Rede Nacional de Advogadas e Advogados Populares (RENAAP) e a Rede Nacional de Assessoria Jurídica Universitária (RENAJU). Também traz o estatuto do lendário Instituto Apoio Jurídico Popular (AJUP-RJ) e seu projeto de estágio supervisionado para estudantes de Direito oferecido no final dos anos 1980, reforçando, assim, a reflexão sobre a importância da AJP na formação jurídica e política do/a assessor/a jurídica/o popular. Por fim, apresenta também dois documentos mais recentes, um deles de juristas brasileiros que se manifestaram contra o golpe de Estado travestido de “impeachment” fraudulento contra a então presidenta Dilma Roussef; e o outro referente à luta da AJP mexicana promovida pelo “Colectivo de Abogados Zapatistas” (CAZ), que denuncia, na atual

conjuntura, a “guerra suja” promovida pelo imperialismo e por seus aliados contra as/os defensoras/es jurídicas/os dos povos.

Reforçando a intencionalidade também expressiva de “InSURgência”, a seção de “Poéticas Políticas” apresenta contribuições criativas de Luiz Otávio Ribas (que faz uma pro-vocação ao ensino jurídico concursado que assola os cursos de Direito) e de Ricardo Prestes Pazello (cuja pro-vocação dirige-se a frequentadores de uma certa “Casa Verde” de Curitiba/PR). Também apresenta uma mostra de fotos de Andreia Marreiro Barbosa, intitulada “Vozes da Esperança”, que retrata a existência e a resistência da Comunidade Boa Esperança, situada na zona norte de Teresina/PI, que enfrenta, com o apoio dos projetos de AJP, a tentativa de remoção forçada por parte do poder público local.

Por fim, na seção dos “Cadernos de Retorno”, apresentamos duas resenhas de obras fundamentais para a práxis da AJP: o já clássico “Ensino jurídico e mudança social” de Antônio Alberto Machado nos é apresentado por Assis da Costa Oliveira; e a obra de Eduardo Rebuá e Pedro Silva intitulada “Educação e filosofia da práxis: reflexões de início de século” é discutida por Pedro Pompeo Pistelli Ferreira.

Esperamos assim contribuir, com a vasta produção crítica condensada nesta edição, para o aprimoramento da práxis da AJP, seguindo assim a senda trilhada por gigantes, sobre os ombros dos quais procuramos sempre ver mais longe.

Na atual quadra da História, a AJP será submetida ao grande desafio representado pela intensificação das lutas de classes no Brasil e no mundo. O aumento da intolerância das classes dominantes enfrentará o crescimento da intransigência das classes subalternas (parafrazeando Florestan Fernandes). Os relatos inscritos na presente edição mostram de forma cabal a importância da AJP no fortalecimento das lutas populares, no incentivo às lutas por direitos. Mostra também a importância da organização popular e, sobretudo, da intensificação dos processos de formação política, da conscientização em torno da ideia de que “só a luta muda a vida”, de que nenhum direito foi conquistado historicamente sem intensos processos de mobilização política e social. Esse é, inclusive, o sentido da capa da presente edição.

O amadurecimento da reflexão crítica em torno da AJP já é um fato bastante evidente. Uma nova geração, formada na senda das teorias críticas do Direito e organizada nas diferentes Redes que promovem a AJP, já começa a apresentar seus frutos tanto na teoria como na prática da advocacia popular e da educação popular. Há, no entanto, ainda muito por se fazer, e referenciar-se na práxis das gerações passadas seguirá sendo crucial para que as “ilusões constitucionalistas” ou a crença cega na “forma jurídica” não venham a substituir a consciência em torno do Direito (e dos direitos) como um fenômeno social e político, marcado pelos antagonismos de classes/raças/gêneros, cuja realidade é preciso **transformar**, cotidianamente.

Fora Temer! Nenhum direito a menos!

Alexandre Bernardino Costa

Editor-chefe

Assis da Costa Oliveira

Carolina Alves Vestena

Diego Augusto Diehl

Ricardo Prestes Pazello

Talita Tatiana Dias Rampin

Comitê Editorial

Ana Lia de Almeida

José Humberto de Góes Junior

Valéria Fiori da Silva

Anna Carolina Lucca Sandri

Organizaadoras/es do Dossiê